

Modos de produção na América Latina: debate entre Rodolfo Puiggrós e André Gunder Frank

- parte 1 -

rodolfo puiggrós*

André Gunder Frank**

sergio friedemann***

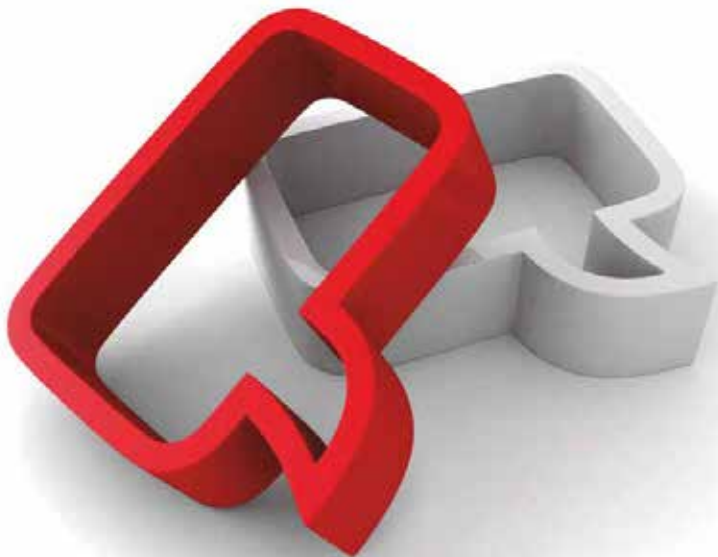
► <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.011>

Princípios inaugura a seção Diálogos & Debates com a discussão sobre modos de produção na América Latina travada entre o politólogo argentino Rodolfo Puiggrós e o economista alemão André Gunder Frank. O debate foi realizado por meio de artigos apresentados em 1965 nas páginas de “El Gallo Ilustrado”, caderno semanal do jornal mexicano El Día. Publica-se aqui — em tradução inédita para o português — com uma breve introdução explicativa do historiador e economista argentino Sergio Friedemann.

O conteúdo completo que se apresenta ao leitor contém os seguintes itens:

- I. Introdução ao debate (Friedemann)
- II. Os modos de produção na América Ibérica (Puiggrós)
- III. Com quais modos de produção a galinha converte o milho em ovos de ouro? (Frank)
- IV. Diálogo entre surdos? (Puiggrós)
- V. Modesta resposta (Frank)
- VI. Errando, *corrigitur error* (Puiggrós)

Nesta edição serão publicados a introdução (item I) e as primeiras intervenções de Puiggrós e Frank (itens II e III). A próxima edição da revista trará os itens IV a VI.



I

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE OS MODOS DE PRODUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Sergio Friedemann

Rodolfo Puiggrós foi um historiador marxista filiado ao Partido Comunista Argentino, que, no entanto, o expulsou em 1946. Enquanto ele enxergava no surgimento do peronismo uma oportunidade para o avanço do proletariado na luta por sua libertação, o partido considerava esse movimento uma variante do nazifascismo, a ser combatida pela organização de uma frente antifascista. Sem deixar, ao menos até a década de 1960, sua identidade comunista de lado, Puiggrós formou grupos dissidentes com o propósito de suplantar a cúpula partidária. Segundo o historiador, o peronismo podia conduzir a Argentina ao socialismo caso ocorresse um movimento duplo, que se retroalimentasse: a *peronização das esquerdas* e a *esquerdização do peronismo*¹.

Em 1955, ocorreu o golpe de Estado que derrubou o presidente Juan Domingo Perón, e Puiggrós começou a atravessar dificuldades políticas e financeiras. Em 1961 se exilou no México, onde foi cofundador do jornal *El Día*, no qual exerceu função de editor. O jornal, impulsionado por um ex-sindicalista e então deputado do governante Partido Revolucionário Institucional (PRI), reivindicava a memória da Revolução Mexicana, advogava a constituição de um “movimento popular e nacional” e defendia a intervenção e regulação estatal na economia — uma matriz de pensamento coincidente com aquela que levou Puiggrós a apoiar o peronismo na Argentina.

No México, escreveu sobre história, filosofia e religião. Vários de seus livros abordavam as temáticas da Conquista Espanhola, do feudalismo e das atividades religiosas. Também se dedicou a reelaborar a *História crítica de los partidos políticos argentinos*, sua obra mais importante.

1 FRIEDEMANN, Sergio. El marxismo peronista de Rodolfo Puiggrós: una aproximación a la izquierda nacional. **Documentos de Jóvenes Investigadores**, Buenos Aires, n. 39, mar. 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iigg-uba/20151022050903/dji39.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.



“El Gallo Ilustrado”. Ilustração de Leopoldo Méndez

Em 1965, Rodolfo Puiggrós e André Gunder Frank trabalhavam como professores na Universidade Nacional Autónoma do México (Unam). Enquanto intelectuais marxistas, escreviam e publicavam com frequência seus pontos de vista, num contexto de crescente influência do marxismo. “El Gallo Ilustrado” era o nome de um suplemento dominical de *El Día*, onde Puiggrós escrevia, e foi nessas páginas que ambos os intelectuais protagonizaram a polêmica sobre os modos de produção na América Latina. É interessante situar essa discussão num contexto mais amplo de debates, que antecede e sucede as contribuições de Puiggrós e Frank, e no qual *El Día* cumpre um papel relevante.

A pergunta sobre qual seria o modo de produção na América Latina quando da chegada dos colonizadores, e em qual se transformou depois desse advento, chamou especial atenção naqueles anos, devido a uma série de fatores. Um deles foi o vínculo entre essa discussão e outro questionamento, o da possibilidade ou não de desenvolvimento de nossos países ao seguirem o caminho percorrido pelos países mais industrializados, debate surgido em boa medida devido às teorias da modernização e das correntes desenvolvimentistas. Outro elemento foi a *desestalinização* e o surgimento da chamada “nova esquerda”, que favoreceu a ascensão de versões mais heterodoxas do marxismo e a possibilidade de articulação com outras tradições, como o nacionalismo e o cristianismo. Relacionados com isso, certos textos de Marx passaram a ser mais conhecidos à época, como os *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, cujas leituras deram lugar ao chamado marxismo humanista, e os *Grundrisse*, de 1857-1858, que permitiram pensar de outra maneira a famosa sucessão dos modos de produção e o colonialismo. Voltaremos a este último.

As correntes desenvolvimentistas surgiram nos anos 1950, ainda que suas posições teóricas tenham se consolidado apenas na década seguinte². De certa forma, seu fortalecimento pode ser explicado pelo avanço de diversos “movimentos de libertação” latino-americanos, que cresceram ao longo da década de 1960, em um contexto internacional no qual a Revolução Cubana, de 1959, marcou um dos caminhos possíveis para aqueles que tinham no horizonte uma sociedade igualitária. Uma das respostas oriun-

2 GÓMEZ, Rodolfo. Las teorías del Estado en el capitalismo latinoamericano. *Crítica y Emancipación*, Buenos Aires, n. 7, jan./jun. 2012., p. 88. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20120605025226/CyE7.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

das dos Estados Unidos foi a Aliança para o Progresso, impulsionada em 1961 pelo então presidente John F. Kennedy³, buscando “promover o desenvolvimento de um capitalismo reformista”⁴. Enquanto o intelectual argentino Raúl Prebisch exerceu, de 1950 a 1963, a direção da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), organismo da Organização das Nações Unidas (ONU), também fortaleceu a visão desenvolvimentista da instituição. Do seio do debate com essas correntes surgiriam, como críticas ao desenvolvimentismo, as teorias da dependência. Antes destas, a concepção das “etapas” para o desenvolvimento e o progresso também se fez presente no pensamento de uma série de intelectuais marxistas, gerando controvérsias nas esquerdas. Esses debates contribuíram para gerar alternativas às teses modernizadoras.

Por exemplo, em 1963 foi publicado o artigo “Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo”, do mexicano Pablo González Casanova⁵, que defendia a existência de “modos de produção combinados”. As “sociedades duais”, ou “plurais”, afirmava, seriam produto do contato entre uma sociedade “mais avançada” e outra “atrasada”. É subjacente em seus escritos, portanto, a noção de “etapas” na via do “desenvolvimento”, ainda que contando com a ideia da combinação de modos de produção: “Nas colônias combinam-se e coexistem as antigas relações de tipo escravista e feudal, e as tipicamente capitalistas, industriais e com trabalho assalariado.” Por sua vez, a noção de “colonialismo interno” se reportava, segundo o autor, às relações de exploração entre distintas populações de um mesmo país.

Rodolfo Stavenhagen assumiu as proposições da ideia de “colonialismo interno”, mas divergiu da de “sociedade dual”. Suas “Siete tesis equivocadas sobre América Latina” também foram publicadas no jornal *El Día*, em junho de 1965. Ali, a questão dos modos de produção se fez presente nas críticas à utilização dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Segundo o autor, a noção de “sociedade dual” tendia a gerar equívocos, pois a “suposta dualidade entre feudalismo e capitalismo” implicava que, uma vez eliminadas as travas feudais, fosse aberto o caminho para o desenvolvimento de um capitalismo progressista⁶. A existência de dois polos (uma suposta sociedade atrasada, tradicional, agrária, e outra industrializada, dinâmica, em desenvolvimento) não justificava o uso do conceito de “sociedade dual”, já que ambas seriam “resultado de um único processo histórico”. Tratava-se, portanto, de “uma só sociedade global da qual ambos os polos são partes integrantes”⁷, e em que a relação desigual entre os dois polos deveria ser abordada como “colonialismo interno”⁸.

3 GÓMEZ, op. cit.; BORÓN, Atilio. Teoría(s) de la dependencia. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 238, p. 20-43, ago./set. 2008. Disponível em: <www.iade.org.ar/system/files/ediciones/realidad_economica_238.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

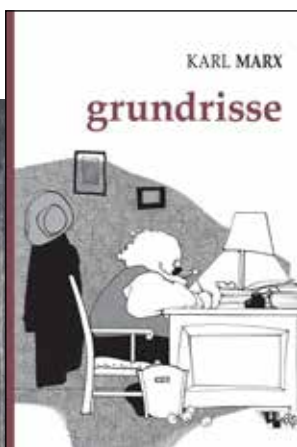
4 BORÓN, op. cit., p. 23.

5 CASANOVA, Pablo González. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. **América Latina**, n. 63, v. 3, p. 15-32, 1963.

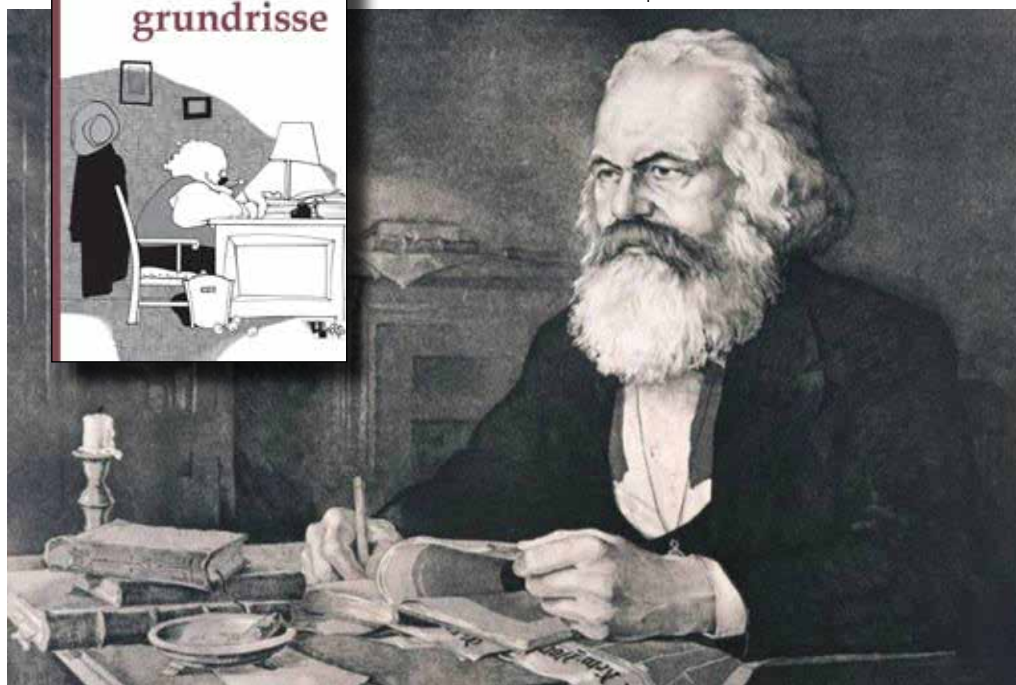
6 STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. In: _____. **Sociología y Subdesarrollo**, p. 34-38. México: Nuestro Tiempo, 1972.

7 Ibid.

8 Ibid.



Ao lado, capa de *Grundrisse* (editora Boitempo, 2011), conjunto de manuscritos elaborados por Karl Marx entre 1857 e 1858



Como já mencionado, esse clima de debate foi potencializado pela publicação de uma seção dos *Grundrisse* de Marx, conhecida como *Formen* (“Formações econômicas pré-capitalistas”). Os *Grundrisse*, rascunhos elaborados por Marx para escrever *O Capital*, eram praticamente desconhecidos até sua primeira publicação em alemão, em 1953, ainda que tampouco tenham tido então grande repercussão imediata. Uma maior repercussão começou a ser atingida no final da década de 1960, com a publicação da tradução russa e das edições em francês e italiano, e no começo da década de 1970, com a edição em espanhol da Siglo XXI (1971-1972). Mas já em 1964 as *Formen* haviam sido publicadas em inglês, com prólogo de Eric Hobsbawm, e “El Gallo Ilustrado” as reproduziu em parte. Segundo o próprio Gunder Frank, foi essa reprodução que abriu margem para seu debate com Puiggrós⁹.

A POLÊMICA

Em 17 de outubro de 1965, Puiggrós publicou o artigo “Los modos de producción en Iberoamérica”. Começou o texto elaborando uma crítica ao marxismo positivista, o qual acusava de ser dogmático e antidialético. Para ele, a sucessão dos modos de produção concebida por Marx não era mais do que uma abstração, ainda que “a

⁹ PUIGGRÓS, Rodolfo; FRANK, André Gunder. Los modos de producción en Iberoamérica. In: **Introducción a la historia**. Parte 1. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires/Facultad de Filosofía y Letras, 1973, p. 59.

abstração mais concreta da história da humanidade”¹⁰. Argumentou que aqueles que faziam uma leitura mecânica dessa sucessão convertiam o marxismo “em uma variante do positivismo lógico”, em que “o dogma mata a dialética” e “as teses do marxismo se ossificam em moldes ou categorias invariáveis”. Na sua visão, existiam múltiplos modos de produção na América quando da chegada dos conquistadores. O que a sociedade colonial fez foi assimilar “as formas de produção indígenas adicionando a elas as relações de produção e comerciais impostas pelos conquistadores”¹¹. Mas naquelas zonas onde o modo de produção indígena era demasiadamente “atrasado”, os espanhóis optaram ou pelo deslocamento dos povos originários para regiões mais afastadas ou pelo seu extermínio direto. Puiggrós apontou Tahuantinsuyo, o Império Inca, como detentor do modo de produção mais avançado da América à época e que, embora despótico, atravessava momento de dinamismo “progressista”, interrompido pela chegada dos espanhóis¹². Afinal, qual foi o modo de produção resultante do encontro entre espanhóis e americanos? Puiggrós divergia da tese segundo a qual os conquistadores teriam transplantado o nascente capitalismo para a América. Em seu lugar, argumentava que “a América salvou o feudalismo espanhol da morte”¹³, com o sistema instalado em terras americanas resultando em uma “simbiose da ordem social dos conquistadores com a ordem social das comunidades pré-colombianas”, similar ao “modo de produção asiático”¹⁴. Essa simbiose deu lugar, durante o século XVI na América, a “formas singulares de feudalismo”, que, mesmo não permanecendo “petrificadas”, ajudam a explicar “o raquitismo capitalista da atualidade e as possibilidades existentes de avanço para uma ordem superior”¹⁵.

André Gunder Frank veio a ser uma das principais referências das teorias da dependência, que no momento do debate ainda davam seus primeiros passos. Na resposta a Puiggrós, já se verificavam alguns elementos centrais de seu repertório teórico. Segundo o intelectual de origem alemã, sua manifestação era uma resposta à questão dos modos de produção por meio da compreensão do “sistema mundial”, que definia a “problemática latino-americana”¹⁶. Em outras palavras, se a América Latina era capitalista, isso se devia ao papel que cumpria em “um sistema mundial único”, regido pelo modo de produção capitalista. O colonialismo explicava o “desenvolvimento desigual” e o “subdesenvolvimento capitalista” nos países “satélites” das “metrópoles”¹⁷. Frank acusava os defensores das teses “feudal” ou “asiática” de utilizarem Marx para “explicar o raquitismo capitalista” (nas palavras de Puiggrós), e assim proporem uma saída do feudalismo pela via capitalista.

10 Ibid., p. 39.

11 Ibid., p. 40.

12 Ibid., p. 42.

13 Ibid., p. 43.

14 Ibid., p. 42.

15 Ibid., p. 45.

16 Ibid., p. 45-46.

17 Ibid., p. 51.

Marx escreveu que sua análise se propunha apenas a assinalar “o caminho a partir do qual nasceu, na Europa Ocidental, o regime capitalista, do seio do regime econômico feudal”, e não a empreender uma filosofia da história de perfil universalista

A resposta de Puiggrós não tardou a aparecer. Nela, acusou Frank de conceber um “ente estático”, o “sistema mundial”, já que “seu ponto de vista é o da mentalidade colonial que entende as sociedades ibero-americanas como meros reflexos da Europa, dos Estados Unidos ou dos países socialistas”¹⁸. Tratava-se, em sua visão, de partir “dos modos de produção criados na América Ibérica com a colonização hispano-portuguesa”¹⁹. Por outro lado, ele se perguntava “qual era o ‘sistema mundial’ no século XVI”. Segundo Puiggrós, Frank confundia “economia mercantil com capitalismo”²⁰. Em sua opinião, para determinar o modo de produção na América era central observar como se davam as relações de produção nesse continente, e não onde se vendiam os produtos. Assinalou ainda que Marx aludia às relações de troca de mercadorias como parte de modos de produção anteriores ao capitalismo. O que definia o modo de produção eram, portanto, as relações de produção, e não de circulação.

Frank também recorreu ao autor de *O Capital* para se contrapor ao artigo. Indicou que, segundo Marx, a história do capitalismo teria começado justamente no século XVI, com a criação de um comércio e mercado mundiais²¹. Puiggrós respondeu, por último, que a Espanha não era protagonista da “biografia moderna do capital”, durante o século XVI²². Dessa forma, seria um erro “apresentar a totalidade da América Ibérica colonial” como uma grande fábrica que produz para o mercado mundial, na medida em que “a maior parte dela vivia em uma economia de subsistência sem sequer um mercado nacional”²³. Os investimentos de capital — se é que existiram — não teriam dividido a sociedade em capitalistas e trabalhadores, mas tendido a reproduzir, em grande parte, as relações de servidão. O capitalismo se aproveitava, assim, dos modos de produção escravistas e feudais nas zonas atrasadas do planeta para “extrair lucros maiores que os da exploração do trabalho assalariado”²⁴.

18 Ibid., p. 55.

19 Ibid., p. 55.

20 Ibid., p. 56.

21 Ibid., p. 58.

22 Ibid., p. 61.

23 Ibid., p. 61.

24 Ibid., p. 61.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rodolfo Puiggrós apresentou diversas inflexões na sua trajetória político-intelectual, mas manteve até o último de seus dias uma concepção marxista, heterodoxa no seu processo de aproximação e integração com o peronismo, contribuindo para criar uma variante de esquerda desse movimento político²⁵.

Por sua vez, a reação de André Gunder Frank ao posicionamento de Puiggrós deve ser lida num contexto mais amplo, no qual as teorias desenvolvimentistas geraram outras respostas teóricas e políticas, como as de Pablo González Casanova e Rodolfo Stavenhagen, entre outras várias. Conceitos como os de *colonialismo interno*, *sociedade dual* e *desenvolvimento desigual e combinado*, dentre outros, representaram aportes que contribuíram à época para a formação das teorias da dependência. Ainda assim, foi a partir de confrontações como a de Puiggrós e Frank que surgiram as maiores originalidades do pensamento latino-americano. A década de 1960 veio a revitalizar as apropriações latino-americanas do marxismo, que, como expressou Atilio Borón²⁶, resultariam nas teorias da dependência como exemplo de seus produtos mais acabados.

A discussão foi continuada por outros pensadores, e vários volumes de debates se dedicaram a ela. Analisando à distância, seria simples, e talvez anacrônico e errôneo, aventurar-se a impingir um ponto de vista sobre a pergunta do lugar que ocupava a América Latina na suposta sucessão linear de modos de produção apresentada por Marx. O próprio autor de *O Capital*, diria Antonio Gramsci, estava “contaminado” por elementos positivistas, os quais deveriam ser deixados de lado na hora de se apropriar do fundamental da sua obra. Hoje sabemos que o próprio Marx foi interpelado ao final de sua vida por populistas russos (*narodniks*), que lhe pediram, na condição de seguidores, uma chave interpretativa sobre a sucessão dos modos de produção. Poder-se-ia desenvolver o socialismo diretamente com base nas comunas rurais russas ou, inevitavelmente, o país deveria atravessar uma revolução democrático-burguesa que transformasse as relações de produção em capitalistas? Após vários rascunhos, Marx escreveu que sua análise se propunha apenas a assinalar “o caminho a partir do qual nasceu, na Europa Ocidental, o regime capitalista, do seio do regime econômico feudal”, e não a empreender uma filosofia da história de perfil universalista²⁷. Mas os escritos sobre a questão russa eram desconhecidos até quase o final do século XX, e portanto não estiveram presentes na polêmica entre Puiggrós e Frank. No presente latino-americano, à luz da experiência transcorrida e de uma maior distância com respeito às matrizes teóricas afastadas da realidade regional, é possível aprofundar as apropriações originais daqueles pensamentos elaborados em outros contextos, mais antigos ou mais recentes, resultando em uma concepção que nos permita pensar a América Latina desde a América Latina.

25 FRIEDEMANN, op. cit.

26 BORÓN, op. cit.

27 DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**. México: Siglo XXI, 2007. p. 254.

II OS MODOS DE PRODUÇÃO NA AMÉRICA IBÉRICA

Rodolfo Puiggrós

Marx escreveu ao cidadão Maurice Lachâtre, editor de *O Capital* em francês: “Não existem caminhos tranquilos na ciência, e quem aspira a chegar aos seus cumes luminosos deve estar disposto a escalar a montanha por trilhas acidentadas.” Pensava, sem dúvida, nos homens de seu tempo que, seduzidos pelos esquemas do positivismo comtiano, acreditavam ter descoberto a chave da sabedoria em simples induções dos acontecimentos e em uma coleção de fórmulas de valor universal. Para eles, tudo se resolvia com a transposição do particular ao universal, e, uma vez estabelecido o universal, só restava introduzi-lo no contexto das novas particularidades que fossem aparecendo. Era o triunfo definitivo, final e completo da lógica formal. Sob o olhar atento do velho Aristóteles, o positivismo agregava o empirismo ao racionalismo e oferecia aos seus seguidores um frio instrumento de pesquisa que separava ciência e vida e fazia do cosmos um enorme cadáver.

Não imaginava Marx que sua crítica teria de, no futuro, ser aplicada àqueles que invocariam seu nome para a realização de operação inversa à que ele submeteu o idealismo dialético de Hegel: colocar sob os pés o que o filósofo alemão colocou sobre a cabeça. Uma das formas mais recorrentes dessa falsificação é a que despoja o marxismo de seu conteúdo dialético e o converte em uma variante do positivismo lógico. A trapaça é amenizada ou agravada quando encoberta por citações aleatórias de Marx, Engels ou Lênin, ou respaldada pela etiqueta de um partido ou escola de filiação marxista. A autoridade substitui o conhecimento. O dogma mata a dialética. As teses do marxismo ossificam-se em moldes ou categorias invariáveis, dentro dos quais se pretende incluir, por bem ou por mal, uma realidade que não lhes corresponde ou que os excede. Pelas “vias reais” avançam orgulhosamente, evitando as “trilhas acidentadas” da dialética até uma nova metafísica, até a teoria platônica das ideias anteriores às coisas e aos acontecimentos.

Essa doença, que na América Latina mergulha no pessimismo os sociólogos e economistas não marxistas ou antimarxistas, contagia os sociólogos e economistas marxistas. Estes últimos são, geralmente, meros intérpretes dos textos sagrados. Esquecem que o marxismo é tão crítico que acaba por ser crítico de si mesmo. E que seu poder emancipador e criador reside no fato de que, em contraste com os sistemas idealistas e estáticos do passado e do presente, não fecha suas portas nem pendura nelas um cartaz com a frase pitagórica “Está tudo dito”.

Os esquemas históricos não carecem de valor na condição de instrumentos de pesquisa e base para reunir as características comuns de determinada formação social. Ao contrário, são imprescindíveis para o processo de generalização e abstração, mas desde que não se enxergue neles nada além de classificação abstrata para uma realidade riquíssima de nuances, e que se tenha claro o mundo de contradições que ferve abaixo delas.



Reprodução

O politólogo argentino Rodolfo Puiggrós (19/11/1906 - 12/11/1980)

A série de sucessivos modos de produção mencionados pelo marxismo (comunidade primitiva, escravidão, feudalismo, capitalismo, socialismo) representa a abstração mais concreta da história da humanidade, e o progresso das pesquisas renova sua validade. Não é possível, entretanto, conformar-se com ela. O próprio Marx, na medida em que seu intenso trabalho cotidiano permitiu, descobriu modos intermediários e variedades dos modos gerais. Um deles — o modo de produção asiático — tardou várias décadas a ser admitido pelos historiadores soviéticos, segundo confissão do acadêmico V. V. Struve, o que comprova os preconceitos e prejuízos do esquematismo quando mais fiel à autoridade do que à dialética.

Sem ignorar a grande contribuição que o trabalho de Marx sobre o modo de produção asiático traz ao conhecimento dos diversos modos de produção, julgamos indispensável nos prevenir do perigo de acreditar que já encontramos a “via real” que nos conduzirá a uma interpretação verídica das sociedades pré-colombianas e, em particular, do Império Asteca e do Tahuantinsuyo inca. “Escarlar a montanha por trilhas acidentadas” é muitíssimo mais difícil, e nada acadêmico, mas só assim se pode chegar aos seus “cumes luminosos”.

OS MODOS DE PRODUÇÃO NA AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA

Vamos revisitar alguns conceitos que expusemos há um quarto de século²⁸.

Quando da chegada dos ibéricos, não existia na nossa América apenas um modo de produção, mas múltiplos modos de produção em distintos níveis de desenvolvimento. O pensador espanhol Félix de Azara²⁹ se surpreendia ao constatar que os invasores europeus tivessem conseguido incorporar à nova sociedade colonial apenas as “nações mexicana, peruana e guarani [...], sendo como são as únicas de enorme extensão e incomparavelmente mais numerosas que as que não tenham se deixado ser dominadas”.

28 PUIGGRÓS, Rodolfo. **De la colonia a la revolución**. Buenos Aires: Aiape, 1940 [4. ed. Buenos Aires: Leviatán, 1957].

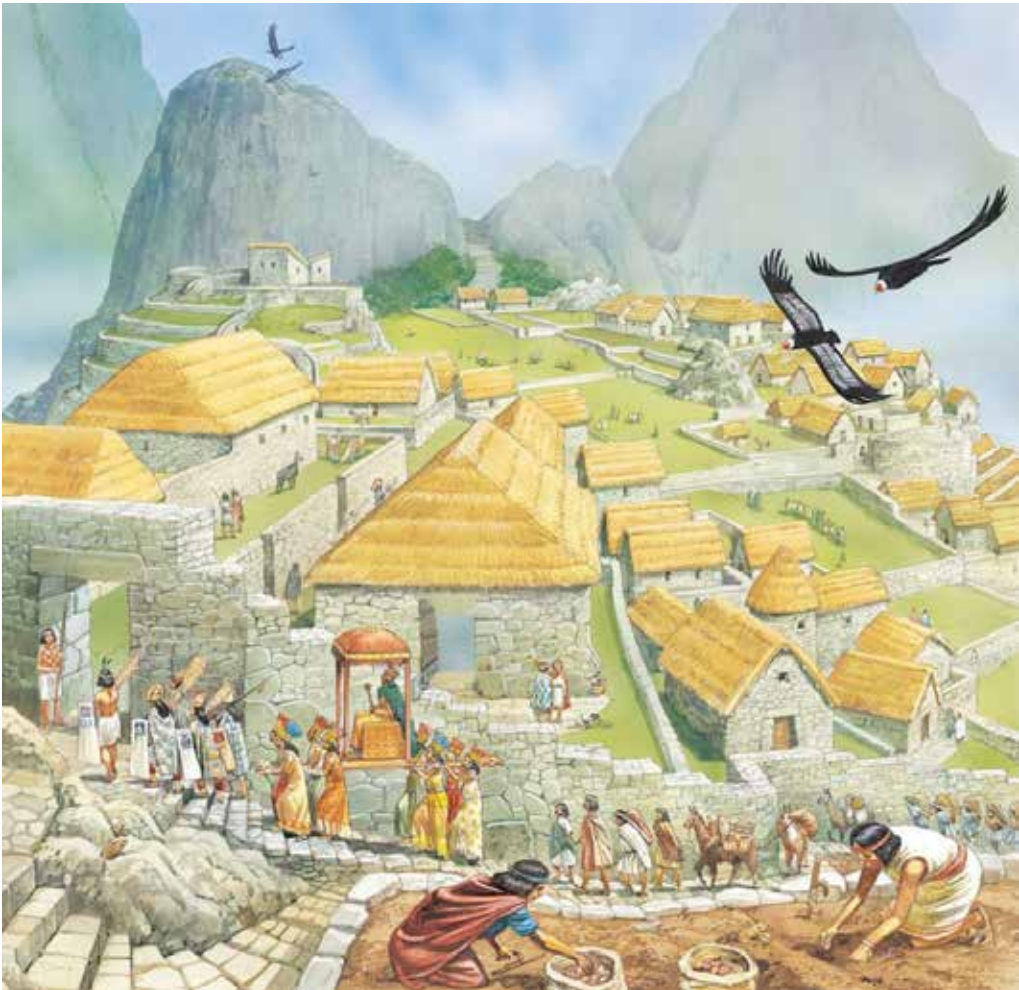
29 AZARA, Félix de. **Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata**. Assunção: Biblioteca Paraguaya, 1896. p. 233-234.

A contradição, não explicada por Azara, se devia ao fato de que quanto maior o desenvolvimento de uma comunidade indígena (pelo cultivo da terra, elaboração dos produtos, domesticação dos animais e domínio técnico), mais fácil foi para os espanhóis incorporar seus membros ao trabalho servil. A sociedade colonial assimilou as formas de produção indígenas, aclimatando-as às relações de produção e comerciais impostas pelos conquistadores. Nos povoados, assim como nas planícies adjacentes ao Rio da Prata, onde o modo de produção dos aborígenes era tão atrasado que não podia ser assimilado pelos espanhóis, estes renunciaram à “*encomienda de índios*” e procederam ao extermínio deles, ou os deslocaram para outras regiões. O desenvolvimento desigual das sociedades indígenas do nosso continente quando da colonização hispânica determinou perceptíveis diferenças entre as regiões durante a Colônia. Onde os espanhóis dispuseram de mão de obra apta e abundante, o regime da servidão germinou, cresceu e se estendeu, enquanto em outras regiões, desprovidas da força de trabalho necessária, apareceram variantes tais como o desenvolvimento da pecuária no litoral argentino.

Qual era o modo de produção das sociedades mais desenvolvidas? Referimo-nos a uma delas: o Tahuantinsuyo, ou “as quatro partes do mundo” (Antisuyo, Chinchaysuyo, Contisuyo e Collasuyo), com capital em Cusco, o “umbigo da Terra”. Abrangia os territórios das atuais repúblicas do Peru, da Bolívia e do Equador, o sul da Colômbia, o norte do Chile e o noroeste da Argentina.

Quando foi invadido por Pizarro, o Tahuantinsuyo estava em pleno processo de expansão imperial, e em paralela decomposição da comunidade tribal de consanguíneos (o *ayllu*).

As antigas crônicas do Peru narram que os reis incas empregavam um procedimento sofisticado para capturar e assimilar as tribos selvagens que perambulavam ou se radicavam além das fronteiras do vasto império. Primeiro as venciam com a força das armas ou as subjugavam por pressão política. Em seguida, transportavam seus chefes ou caciques com grande pompa e todas as honras, junto de seus filhos e ídolos, até a capital do império e sede dos monarcas, Cusco. Ali, segundo conta o padre Blas Valera, eram “acariciados e presenteados”, e respeitados como “em sua antiga dignidade e senhorio”, mas ao mesmo tempo eram submetidos a um rigoroso e intenso sistema educacional. Os *amautas*, ou sábios, inculcavam-lhes o culto ao Sol e o repúdio aos arcaicos ídolos tribais, a aceitação das instituições incaicas e a obediência ao monarca. Uma vez reeducados na religião, nos costumes e na subordinação ao regime socioeconômico e ao sistema de castas do império, os líderes indígenas e seus filhos eram devolvidos, com as mesmas pompas e honras, ao seio de suas sociedades, enquanto seus ídolos seguiam no Templo do Sol de Cusco, na condição de reféns ou símbolos de crenças e modos de vida que as tribos atrasadas abandonavam ao cruzar os limiares do Tahuantinsuyo. Desse momento em diante, os líderes indígenas se convertiam em propagandistas e realizadores das mudanças que tendiam a elevar a primitiva organização tribal à categoria de parte integrante dos domínios incas. De



O assentamento real de Machu Picchu. Repintado por Elizabeth VanBuskirk

tempos em tempos, eram solenemente convidados a viajar novamente para Cusco, onde os *amautas* e funcionários imperiais constatavam se eles seguiam fiéis ou se haviam se desviado das ideias inculcadas à sua consciência.

Tal política expansionista foi aperfeiçoada mediante uma instituição característica desse período de transição: os *mitimaes*, ou seja, a transferência, de um lugar a outro do império, de indivíduos ou grupos, os quais se desligavam de seus tradicionais vínculos de consanguinidade. “Os reis incas deslocavam índios de umas províncias às outras [...] para resguardar seus reinos de revoltas e rebeliões”, escrevia Garcilaso de la Vega³⁰. Esse processo resultava na dissolução da antiga propriedade comum da terra de que até então dispunham os *ayllus* de consanguíneos, por obra de um deles, o dos incas, que se sobrepunha aos demais por meios despóticos e impunha uma nova unidade social.

O *ayllu* dos incas tinha sido, na sua origem, igual aos demais. Markham observa que o substantivo *inca* correspondia primeiramente aos chefes de cada *ayllu* e em seguida aos membros de um *ayllu* especial, que dominara os restantes. Com o

30 VEGA, Garcilaso de la. **Comentarios reales de los incas**. Buenos Aires: Emecé, 1945. v. II, p. 87-88.

poder despótico, os incas procederam à distribuição periódica da terra, com a exploração individual dos lotes por conta e risco de cada indivíduo³¹. Tal distribuição tendia a criar uma classe de proprietários, na qual se apoiavam os incas, e como as melhores terras eram destinadas aos caciques e chefes indígenas, a velha ordem social, com consideráveis resquícios da comunidade primitiva, entrava em crise.

Garcilaso de la Vega descreve as preferências no sistema de cultivo das terras: primeiro as do Sol; depois as das viúvas, órfãos, idosos, doentes e soldados em guerra (todos eles representados por um tipo de prefeito denominado *llactacamayo*, que organizava as tarefas); em seguida, as terras dos demais indivíduos; e por último, as do inca³². O mesmo autor expõe elementos que comprovam a decomposição desse sistema. Cita o caso, entre outros, de um *llactacamayo* que punha o cultivo das terras dos caciques à frente do das viúvas. Era o antagonismo entre a antiga sociedade comunitária do *ayllu* e a nova sociedade classista nascente que se manifestava nos avanços dos caciques e chefes indígenas sobre a propriedade coletiva.

O Tahuantinsuyo se encaminhava, no começo do século XVI, para uma sociedade com base na propriedade privada da terra e na divisão territorial (Estado e classes). Essa evolução comandada pelo despotismo dos incas (“não há que ensinar o povo o que apenas deve ser de conhecimento dos grandes personagens”, sentenciava o inca Roca) explica-se pelos progressos na domesticação da lhama e da alpaca; pela exploração da vicunha e do guanaco selvagens (animais da espécie *Auchenia*, que davam abundante produção de lã); pelo cultivo de milho, batata, favas, cinchona, algodão etc.; pela produção de metais (não conheciam o ferro, mas combinavam estanho com cobre para fazer armas e ferramentas); pela abertura de rotas e estradas; pela construção de casas de adobe e pedra; e, finalmente, pelo desenvolvimento técnico-econômico que permitiu aos incas modificar a estrutura interna do império e incorporar a ele as tribos selvagens das regiões vizinhas. Foge à análise científica estabelecer se o modo de produção do Tahuantinsuyo se estagnaria da mesma forma que o modo de produção asiático, que permaneceu estático durante séculos, ou se suas modificações internas culminariam na edificação de uma ordem social superior. A invasão hispânica interrompeu um processo progressista, tornado muito dinâmico pelas contradições implícitas de seu sistema, mas criou novas condições e uma nova perspectiva histórica, e a elas devemos nos ater como ponto de partida das nossas sociedades.

SOBRE O FEUDALISMO

Persiste a polêmica estabelecida há várias décadas em torno do modo de produção gestado pela colonização espanhola da América. Foi feudal? Foi capitalista? O que foi? O historiador chileno Teitelbolm responde que foi capitalista³³; outros pes-

31 BAUDIN, Louis. **L'empire socialiste des inka**. Paris: Institut d'Ethnologie, 1928.

32 VEGA, op. cit., I, p. 227-229.

33 TEITELBOLM, Volodia. **El amanecer del capitalismo y la conquista de América**. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1963.

A América salvou da morte o feudalismo na Espanha. Existe uma estreita relação entre a derrota de extermínio imposta pela “flor da nobreza castelhana” à burguesia espanhola nos campos de Villalar, em 23 de abril de 1521, e a corrente expansiva do feudalismo da península ao Novo Mundo

quisadores o acompanharam ao negar o caráter feudal daquela colonização.

O senso comum, mais do que a ciência, resiste a admitir que os espanhóis vieram ao nosso continente como burgueses, para organizar sociedades capitalistas. Além de não se configurarem como uma burguesia colonizadora, não se estabeleceram sobre terras virgens e despovoadas, como fizeram os anglo-saxões na América do Norte. O modo de produção que se organizou na nossa América do século XVI derivou da simbiose da ordem social dos conquistadores com a ordem social das comunidades pré-colombianas.

Que ordem social, ou qual modo de produção, os espanhóis transplantaram da península para o Novo Mundo? Aqueles que rechaçam a origem feudal das nossas sociedades ousarão afirmar que a Espanha trouxe o capitalismo para a América? O historiador italiano Ettore di Robbio recorre ao termo *neofeudalismo*. Ainda assim a expressão é confusa, pois estabelece a ideia de um feudalismo renovado, quando na verdade se tratava de um feudalismo em decadência, reabilitado pela conquista colonizadora da América, e que dela se valeu para desencadear a reação que aniquilou o amanhecer do capitalismo na Espanha.

O problema não se presta a simplificações. E a mais frequente delas é a que confunde o descobrimento com a conquista colonizadora da América.

Quem descobriu a América? Ou, com maior exatidão, quem estabeleceu a primeira ponte entre a América e a civilização ocidental? Não foram os senhores de Castela não foi o feudalismo. É conhecida a oposição deles à iniciativa de Colombo. O projeto foi desenvolvido nas cidades do noroeste do Mediterrâneo, onde germinaram os primeiros grãos do capitalismo, que, por não ter realizado a revolução agrária burguesa, logo foi isolado e desidratado pela reação feudal. A burguesia comercial das cidades manufatureiras da Espanha e da Itália descobriu a América.

Mas essa burguesia comercial era impotente pela sua própria natureza de classe e pelos seus escassos recursos para executar a tarefa magna de ocupar e colonizar um grande continente. A conquista colonizadora da nossa América tinha de ser militar e religiosa, e se sustentar na maior potência do final do século XV, o reino de

Reprodução: <https://www.raremaps.com/>

Vista da Cidade do México, em desenho de John Ogilby, 1671

Castela. Colombo e seus financiadores não tardaram a ser substituídos por aqueles que antes combatiam seus projetos de expedição ao Ocidente.

A América salvou da morte o feudalismo na Espanha. Existe uma estreita relação entre a derrota de extermínio imposta pela “flor da nobreza castelhana” à burguesia espanhola nos campos de Villalar, em 23 de abril de 1521, e a corrente expansiva do feudalismo da península ao Novo Mundo.

A América abriu aos senhores uma perspectiva que não tinham. A Espanha difundiu nos territórios transatlânticos os elementos de seu regime feudal em decomposição. O poder da monarquia, titubeante entre os senhores feudais e os burgueses, inclinou-se decididamente em favor dos primeiros. Depois de Villalar, sufocou o descontentamento de seus súditos oferecendo-lhes terras, riquezas e milhares de seres humanos para submeter às durezas e crueldades da servidão. Uma parte da nobreza espanhola emigrou para o Novo Mundo a fim de ocupar altas posições burocráticas e coletar os tesouros armazenados pelos opulentos impérios. O oceano foi atravessado por uma multidão de nobres empobrecidos, de camponeses despejados de suas terras, de soldados dos exércitos feudais dissolvidos com a criação do exército real e do serviço militar obrigatório, e de artesãos e comerciantes cuja existência na península era difícil ou impossível. Antes revolucionários na Espanha, fizeram-se *encomenderos* na América, pois a monarquia os colocou ante a escolha da América ou da força. O plebeu Hernán Cortés tornou-se o conquistador Hernán Cortés.

Como os imigrantes espanhóis do século XVI encontraram na América um continente habitado, ou seja, a oposição de sociedades preexistentes, produziu-se a simbiose entre modos de produção de níveis distintos. Se analisarmos o modo ou os modos de produção que surgiram com a colonização à luz das Leis das Índias ou pelos certificados reais, seremos obrigados a convir que os índios viveram, a partir da chegada dos espanhóis, num verdadeiro paraíso capitalista: jornada de 8 horas, pagamento semanal em dinhei-

ro vivo, serviço médico, seguro para doenças e acidentes, mercadorias a preços irrisórios etc.³⁴ E se prestarmos atenção somente às exportações de metais preciosos e de produtos tropicais, desconsiderando o modo de produção em si, não teremos escolha senão admitir que houve em nossa América um alvorecer do capitalismo, que não contribui para explicar os séculos seguintes de estagnação e atraso.

Semelhantes aberrações acadêmicas não têm mais que um valor anedótico. O importante é determinar definitivamente se os modos de produção da era colonial reuniam, de maneira geral, e não como exceção, as seguintes características:

- 1) acumulação e reinvestimento de capital;
- 2) produção mercantil desenvolvida, e não a simples produção de excedentes de uma economia de subsistência;
- 3) existência de capitalistas e operários;
- 4) renda da terra e mobilidade mercantil da propriedade agrária;
- 5) ampla circulação de mercadorias em mercados internos;
- 6) manufatura independente da economia agrária;
- 7) ideologias, instituições e Estados que em alguma medida representariam a burguesia ascendente.

Tendo em vista que não verificamos tais características dominantes, perguntamo-nos em quais argumentos se baseiam aqueles que declaram serem as nossas nações capitalistas desde o berço.

O erro mais recorrente é o de confundir economia mercantil com capitalismo. Como a produção e a circulação de mercadorias são as premissas do modo de produção capitalista, não há capitalismo sem economia mercantil, mas a produção mercantil começa a atingir o modo de produção capitalista em determinada etapa de desenvolvimento, ao ser universalizada a produção de mercadorias e a mercadoria mesma, no caso extremo de a força de trabalho também se tornar mercadoria. A economia mercantil existe desde os tempos mais remotos, em convivência com os distintos modos de produção: existiu durante a escravidão e durante o feudalismo. Por isso Marx chama as duas características peculiares da economia mercantil pré-capitalista (o capital comercial e o seu irmão gêmeo, o capital usurário) de “formas antediluvianas do capital”.

Podem ser encontrados casos isolados de economia de subsistência absoluta ou perfeita em famílias ou grupos completamente autônomos, à imagem de Robinson Crusoe na ilha de Juan Fernández. Contudo, os modos de produção classistas nunca foram integrados por núcleos de autoabastecimento com total independência entre si. O comércio, como forma exterior ao modo de produção vigente, vincula-os em maior ou menor medida.

O comércio, e até determinado tipo de investimento em minas, obras e iniciativas colonizadoras, não modificaram o peculiar modo de produção da colônia, nem transformaram os milhões de filhos da terra em assalariados de uma inexistente indústria, nem reformaram o sistema agrário, nem promoveram significativas acumulações internas de

34 VIÑAS MEY, Carmelo. El derecho obrero en la colonización española. *Revista de Humanidades*, v. 8, p. 49-102, 1921.

capital. Se queremos descobrir o capitalismo ou os germes do capitalismo, devemos nos orientar por outros caminhos, sem nos apressar e fazer falsas correlações. É necessário buscar no modo de produção, e não fora dele, a existência de formas mais ou menos desenvolvidas de capital. Um exemplo excepcional é o da estância argentina. Nasceu em função da venda ao mercado — primeiramente ao mercado exterior — dos produtos da pecuária, e estava de tal forma desprovida da economia de subsistência que todos os bens de consumo (nas estâncias atuais, até mesmo a carne) eram comprados no mercado. Com a organização das estâncias, as terras livres foram desaparecendo e o gaúcho se habituou, convertendo-se em peão assalariado. As *tiendas de raya* de outros lugares do nosso continente e da própria Argentina (no norte) eram incompatíveis com o regime da estância. Primeiro as mercearias e depois os armazéns completaram o quadro do capitalismo agropecuário do litoral argentino. Outro exemplo é a escravidão no modo de produção do Brasil colonial.

Não cometamos a bobagem de julgar os modos de produção de todo o nosso continente por um caso particular, e tampouco o anacronismo de simplesmente atualizar, sem considerar quatro séculos de mudanças internas, os modos de produção gerados pela simbiose da colonização ibérica. Afirmamos que os modos de produção das sociedades criadas na nossa América no século XVI eram, em geral, formas singulares de feudalismo. Não dizemos que até hoje esses modos de produção permanecem petrificados. Mas é indispensável não se equivocar ao avaliar o ponto de partida para explicar o raquitismo capitalista da atualidade e as possibilidades de avançar para uma ordem social superior.



Ilustração: Alexander Jubran/DeviantArt/Reprodução

Produção em engenho de cana-de-açúcar no Brasil, século XVIII

III

COM QUAIS MODOS DE PRODUÇÃO A GALINHA CONVERTE O MILHO EM OVOS DE OURO?

André Gunder Frank

1. SOBRE O FEUDALISMO

O enfoque preciso para solucionar a problemática latino-americana tem de partir do sistema mundial que a cria e sair da autoimposta ilusão ótica e mental do marco ibero-americano ou nacional.

Assim faremos para enfocar o aviso e o desafio que nos lançou Rodolfo Puiggrós, de “não se equivocar ao avaliar o ponto de partida para explicar o raquitismo capitalista da atualidade e as possibilidades de avançar para uma ordem social superior”, palavras com as quais termina o tópico “Sobre o feudalismo” em seu artigo “Os modos de produção na América Ibérica”. Responderemos também a Roger Bartra, que, em seu artigo *Sociedades pré-capitalistas*, fez o favor de nos situar na “esquerda”, para depois nos excluir dela, associando nosso nome a quem “parece ter aqui uma compreensão dialeticamente dual” da realidade, e onde se “escondem as envelhecidas teses” burguesas.

Puiggrós volta a abordar a questão “do modo de produção gestado pela colonização espanhola da América. Foi feudal? Foi capitalista? O que foi?”. “O senso comum, mais do que a ciência, resiste a admitir que os espanhóis vieram ao nosso continente como burgueses, para organizar sociedades capitalistas.” Parece-nos, mais bem dizendo, que o senso comum resiste a admitir que vieram como senhores feudais para organizar sociedades feudais, e que tiveram interesses e meios econômicos para financiar na Espanha uma iniciativa extremamente cara em benefício de feudos — ou seja, de economias fechadas — no exterior. Além disso, não apenas o senso comum, mas também o próprio sr. Puiggrós resiste a admitir tal especulação, já que ele nos diz: “A burguesia comercial das cidades manufatureiras da Espanha e da Itália descobriu a América.” “Não foram os senhores de Castela, não foi o feudalismo. É conhecida a oposição deles à iniciativa de Colombo.”

Avançando no argumento de Puiggrós, ele sustenta que

o importante é determinar definitivamente se os modos de produção da era colonial reuniam, de maneira geral, e não como exceção, as seguintes características [... (enumerar-as, e a elas voltaremos depois)]. Tendo em vista que não verificamos tais características dominantes, perguntamo-nos em quais argumentos se baseiam aqueles que declaram serem as nossas nações capitalistas desde o berço.

Em resposta a Puiggrós, declaramos não apenas que a América Ibérica é capitalista desde o seu berço, mas também desde a sua concepção, e respondemos que

não nos baseamos tanto em argumentos, mas em fatos, coisa que Puiggrós não faz. Quando nos apresentamos no campo de batalha com as armas das sete características escolhidas pelo mesmo Puiggrós — e que não são as que teríamos escolhido —, percebemos que nosso honrado e feroz adversário não comparece, já que apenas nos deixou dito que não encontrou suas características favoritas, e nem sequer nos disse o porquê, ou onde as buscou, e tampouco o que encontrou.

Assim, nos vemos obrigados a apresentar armas sozinhos: a primeira característica, cuja existência Puiggrós considera importante definir, mas cuja presença não logra perceber, é a “acumulação e investimento de capital”. Olhando para um pouco além dos pontos do estreito marco latino-americano, comprovamos como todos os acontecimentos demonstram que essa característica existiu, e em grande escala: a acumulação de capital ibero-americano e seu investimento na Europa. “2. Produção mercantil desenvolvida, e não a simples produção de excedentes de uma economia de subsistência”: essa foi precisamente a característica que mais caracterizou a expansão mundial do sistema mercantil da época colonial. “3. Existência de capitalistas e operários”: existiu em ambos os lados do Atlântico, especialmente capitalistas europeus usando capital ibero-americano.

E assim por diante, com as quatro características restantes, como o leitor poderá verificar por conta própria. Por outro lado, preferimos deixar o campo de batalha escolhido pelo nosso adversário mas não frequentado por ele, e, sempre armados com fatos, buscá-lo onde aparecer.

1.1. ANEDOTAS E FATOS

Prestar atenção “às exportações de metais preciosos e de produtos tropicais”, para Puiggrós, é uma dessas “aberrações acadêmicas [que] não têm mais que um valor anedótico”. Não foi assim para os espanhóis e demais europeus. Por falarem anedoticamente, não deixaram de dizer a verdade: como quando o descobridor Colombo opinou que “o melhor do mundo é o ouro... serve até para enviar almas ao paraíso”; o conquistador Cortés, quando da sua chegada a estas terras informou a um indígena que “nós, os espanhóis, padecemos de uma doença cardíaca para a qual existe um único remédio específico: o ouro”; e os irmãos franciscanos e o bispo Mota y Escobar, quando observaram que “onde não há prata, não entra o Evangelho” e “onde não há índios, não há prata”. Contudo, ainda que acompanhando os cronistas coloniais que qualificaram a mineração como “nervo e substância” da economia ibero-americana, não insistiremos mais aqui, e seguiremos a outro campo aberto por Puiggrós.

Ele sustenta que “o comércio, e até determinado tipo de investimento em minas, obras e iniciativas colonizadoras, não [...] reformaram o sistema agrário, nem promoveram significativas acumulações internas de capital”. Todo o peso desse argumento reside nas palavras-chave *reformaram* e *internas*. Inegavelmente, houve grandes acumulações de capital ibero-americano, acumulações internas nas empresas e internas

O economista alemão
André Gunder Frank
(24/2/1929 - 23/4/2005)



dentro do sistema global europeu. Como reconhecido pelos comerciantes e estadistas mercantilistas da época, e por todos os economistas desde Smith até Marx, e como reconhecem hoje aqueles que não tenham perdido todo o contato com a realidade histórica e atual, foi justamente essa e outra acumulação primitiva e posterior de capital extraído de minas, plantações, *haciendas* e do comércio ibero-americano e do exterior que permitiram o desenvolvimento capitalista metropolitano e condenaram os ibero-americanos e outros seres da Terra ao raquitismo capitalista do chamado subdesenvolvimento.

Puiggrós também pergunta se esses acontecimentos mercantis e capitalistas “reformaram o sistema agrário” na América Ibérica. A resposta é: NÃO: eles o formaram. O próprio Puiggrós, como conhecedor de seu país, nos fala sobre o “capitalismo agropecuário do litoral argentino”, que “nasceu em função da venda ao mercado — primeiramente ao mercado exterior”. Aconselha-nos Puiggrós que “não cometamos a bobagem de julgar os modos de produção de todo o nosso continente por um caso particular.” Evitaremos fazê-lo, e indicaremos que o caso argentino, longe de ser particular ou excepcional, foi, e segue sendo, a regra. A agricultura açucareira do Brasil, como, antes, a das ilhas mediterrâneas e atlânticas, e, depois, a das ilhas do Caribe, como Barbados, St. Dominique (Haiti e Santo Domingo), Cuba e outros, também nasceram “em função da venda ao mercado — primeiramente ao mercado exterior”. Sergio Sepúlveda observa em “El trigo chileno en el mercado mundial” que “o caráter da economia colonial chilena [era] essencialmente de exportação e não de mera subsistência, como algumas vezes se tem afirmado. Essa impressão é semelhante para a economia colonial de diversos países”.

Mario Góngora confirma essa observação em *Origen de los “inquilinos” de Chile central*:

No século XVIII acontece uma inflexão crucial, o comércio de trigo com o Peru, que traz consigo uma organização mais intensa da *hacienda* e uma valorização da terra desde o Aconcágua até Colchagua, regiões exportadoras. A posse constitui arrendamento, cobrando certa taxa [...], deixa sua marca na maior dependência dos inquilinos e na ampliação de seus encargos [...]. A grande *hacienda* vai descarregando sua necessidade de serviço sobre os arrendatários [...] cai em desuso o termo *arrendatário*, que serve também para designar homens de nível médio ou elevado, e o nome

inquilino se especializa. Em suma, as posses rurais, desde o empréstimo até o *inquilino* (peonagem), nada têm de relação com a *encomienda* nem com as instituições da Conquista. São oriundas do segundo momento da história colonial, em que se estratificam, em cima, os latifundiários, e, embaixo, os espanhóis pobres e os diversos tipos de mestiços e castas [...]. A estratificação marca crescentemente os séculos XVIII e XIX, e na mesma proporção aumentam os encargos dos *inquilinos* [...]; o *inquilino* irá se convertendo (no século XVIII) em um trabalhador cada vez mais dependente [...], seguindo uma tendência à proletarização do *inquilino* que avança no século XIX.

2. O MERCADO DEU VIDA À *HACIENDA* MEXICANA

Logo, a particularidade do argumento de Puiggrós se transforma, mediante o exame dos fatos, em regra. O México (ou o Peru) será uma exceção a essa regra? É assim que Puiggrós nos permite pensar. A resposta é dada pelo mais proeminente observador³⁵, em seu renomado “*Ensayo político sobre el Reino de la Nueva España*”:

As viagens pela cordilheira dos Andes ou pela parte montanhosa do México oferecem os exemplos mais evidentes da influência benéfica das minas sobre a agricultura. Sem os assentamentos formados em benefício das minas, quantos lugares teriam ficado desertos, quantas terras teriam ficado incultas nas quatro intendências de Guanajuato, Zacatecas, San Luis Potosí e Durango [...]! A fundação de uma cidade segue-se imediatamente à descoberta de uma mina importante [...] *Haciendas* são estabelecidas nas proximidades das minas; a escassez de alimentos e o considerável preço em que a concorrência dos compradores mantém todos os produtos agrícolas compensam o cultivador das privações às quais está exposto pela vida penosa nas montanhas. Dessa forma, apenas pelo desejo do lucro [...], uma mina [...] em pouco tempo se junta às terras já cultivadas e forma-se o latifúndio.

Assim, no México, da mesma forma que na Argentina de Puiggrós ou no Chile de Góngora, como disse este último, as posses rurais da *hacienda* “nada têm de relação com a *encomienda* nem com as instituições da Conquista. São oriundas do segundo momento da história colonial”. De fato, os conhecidos historiadores mexicanos Silvio Zavala e José Miranda há muito descartaram a velha e errônea tese de que a fonte da *hacienda* foi a *encomienda* ou até mesmo o *encomendero*.

A *hacienda* formou-se e cresceu, como destacou Von Humboldt, “pelo desejo do lucro”. *Hacienda*, no castelhano de Cervantes, significava “capital”, e de toda forma hoje conserva o essencial desse sentido nos ministérios da fazenda. Só quando tem início o investimento de capital em propriedades rurais e negócios agrícolas é que a palavra *hacienda* adquire o sentido de “latifúndio”. Na Nova Espanha, essa alocação de capital começou, como indica Von Humboldt e confirma François Chevalier em seu clássico *La formación de los grandes latifundios en México*, quando no século XVI se abriram minas e construíram-se cidades que demandavam trigo, carne de gado, açú-

35 N. do E.: referência a Alexander von Humboldt.

A *hacienda* “feudal” no México e os modos de produção e relações de trabalho que nela se desenvolveram, a exemplo do latifúndio trigueiro chileno, do latifúndio açucareiro, cacauero etc. do Brasil, das Antilhas, da Venezuela etc. e do “caso particular” do latifúndio pecuarista argentino, cresceram e se consolidaram quando houve boa rentabilidade do setor agrícola

car, lenha e outros produtos. Tal qual demonstra a pesquisa de Chevalier, “a exploração das minas de prata era estreitamente ligada ao nascimento e desenvolvimento das grandes *haciendas* rurais do norte”. A produção mineira alcançou seu apogeu na década 1591-1600 e declinou lentamente até 1630 e rapidamente daí até 1660, antes de se recuperar e alcançar na última década do século XVII o nível que tinha um século antes. “Essa época de decadência mineira — disse Chevalier — foi sem dúvida quando a *hacienda* caiu sobre si mesma.” Foi a época que o estadunidense Woodrow Borah chamou de “século da depressão”. Não obstante as avaliações, os fatos descobertos por ambos os historiadores demonstram que essa foi também a época em que cresceu e se consolidou a *hacienda* latifundiária mexicana, por ser objeto de um cada vez mais consistente fluxo de investimento de capital, proveniente de comerciantes e mineradores: “Muitos comerciantes chegaram a ser proprietários de terras, pois estas representavam para eles um investimento seguro” — disse Chevalier, perguntando-se “em que medida saíram capitais das minas, como as de Pachuca e de Taxco, para a exploração rural da zona do Centro”. O investimento comercial na terra e a formação de grandes latifúndios “feudais” no México não foram naquela época apenas seguros, mas extremamente rentáveis; e o deslocamento de capital das minas “capitalistas” para as *haciendas* “feudais”, mas batizadas com o sinônimo de “capital”, qualquer que fosse sua quantia, foi o mais lógico. Uma razão é apontada por Chevalier, quando nota que “a finalidade essencial de muitos personagens era monopolizar todas as fontes de renda, minas e terras que outros poderiam vir a utilizar para seguirem independentes ou para se transformarem em rivais”. Mas por trás desse mesmo processo de monopolização e de investimento em *haciendas* “feudais”, pensamos que havia outra causa mais fundamental: foi um bom negócio. Ainda que a rentabilidade da mineração tenha sido reduzida de forma absoluta e relativa — pois aumentaram os custos de produção e impostos, e, com a inflação, seu principal produto, a prata, foi desvalorizado

Observamos um sistema mercantilista, e depois capitalista, que incorporou o mundo inteiro e cuja estrutura “colonialista” e baseada no desenvolvimento desigual formou, e não reformou, como quer Puiggrós, os modos de produção e de vida na América Ibérica e em outras partes antes não, hoje sim, subdesenvolvidas do mundo

—, a rentabilidade da agricultura subiu de forma absoluta, e relativamente em face da mineração. A causa foi o crescimento da população e da demanda urbana — mesmo diante de um acelerado decréscimo da população e produção indígenas —, que acarretou uma inquietante escassez de alimentos e uma alarmante inflação, que todas as tentativas governamentais — fixação de limites de preço, controle de mercado e comércio, estocagem e outras medidas antiespeculativas, como a criação da Conasupo³⁶ —, foram incapazes de frear. Assim, a *hacienda* “feudal” no México e os modos de produção e relações de trabalho que nela se desenvolveram, a exemplo do latifúndio trigueiro chileno, do latifúndio açucareiro, cacaueteiro etc. do Brasil, das Antilhas, da Venezuela etc. e do “caso particular” do latifúndio pecuarista argentino, cresceram e se consolidaram quando houve boa rentabilidade do setor agrícola, devido ao aumento de preços e de demanda, à queda de setores competidores, à melhoria técnica ou de vias de acesso ou a uma combinação desses fatores — desde que houvesse mão de obra disponível e barata, para que o negócio fosse negócio e permitisse a acumulação de capital ainda que por comerciantes monopolistas e “internos” no exterior. A nosso ver, a pesquisa histórica mostrará que os mal denominados latifúndios feudais que em certas épocas e lugares se encontraram em relativo isolamento e com uma suposta economia de autossuficiência não foram formados como tais, mas como resultado de um anterior desenvolvimento comercial que decaiu e deixou zonas como o Nordeste brasileiro, o Peru e o Centro mexicano.

Se foi assim, desde a Conquista, que se estabeleceu o “feudalismo” agrário ibero-americano até a segunda metade do século passado, apesar das primeiras iniciativas liberais, esse padrão terá desaparecido no curso do último século? A propósito da sua época, responde-nos o diretor-geral de Agricultura e conhecido “cientista” *porfirista* Lauro Viadas:

A agricultura é, antes de tudo, e sobretudo, um negócio, e em todo negócio a quantia e

36 N. do E.: Compañía Nacional de Subsistencias Populares, paraestatal mexicana fundada em 1962.

a segurança das vantagens que oferece determinam o caráter dos empresários.

[...]

Se as grandes propriedades rurais perduram, é porque são a consequência lógica do estado de evolução em que a agricultura se encontra no nosso país, e terão, pela mesma razão, de perdurar, apesar dos propósitos mais firmes e bem-intencionados, enquanto não se consiga remover os obstáculos que detêm nosso progresso agrário. A grande agricultura se impõe e exclui a pequena agricultura familiar, apoderando-se das terras, atraída, fortemente, por vantagens econômicas decorrentes das seguintes causas: 1) devido ao alto preço atingido pelos bens de primeira necessidade [...] a escassez desses produtos gera primeiramente um lucro elevado para os cultivadores e, subsequentemente, um alto valor para as terras cultiváveis, o que as torna acessíveis somente aos empresários capitalistas; 2) o baixo custo da mão de obra, que reduz relativamente, se não absolutamente, o custo da produção e determina, assim, o efeito anteriormente indicado de elevação dos lucros agrícolas [...].

Esse informe sobre a agricultura e a economia “feudal” porfiriana, na qual os estadunidenses haviam se apoderado de um sétimo do território nacional, para não falar de minas, indústria e comércio, foi apresentado em 1911 ao governo de Madero³⁷, para que ele e gerações futuras de mexicanos soubessem “remover os obstáculos que detêm nosso progresso agrário” e que “terão, pela mesma razão, de perdurar, apesar dos propósitos mais firmes e bem-intencionados”, enquanto nada fosse feito. Deixamos para a reflexão e juízo do leitor a questão de quando a revolução “antifeudal e anti-imperialista” mexicana e a “reforma agrária burguesa” a que ela deu origem avançaram para além dos firmes propósitos e boas intenções de remover os verdadeiros e já muito antigos obstáculos assinalados. Quem se atreve a chamar o “neolatifundismo” nortista de “neofeudalismo”?

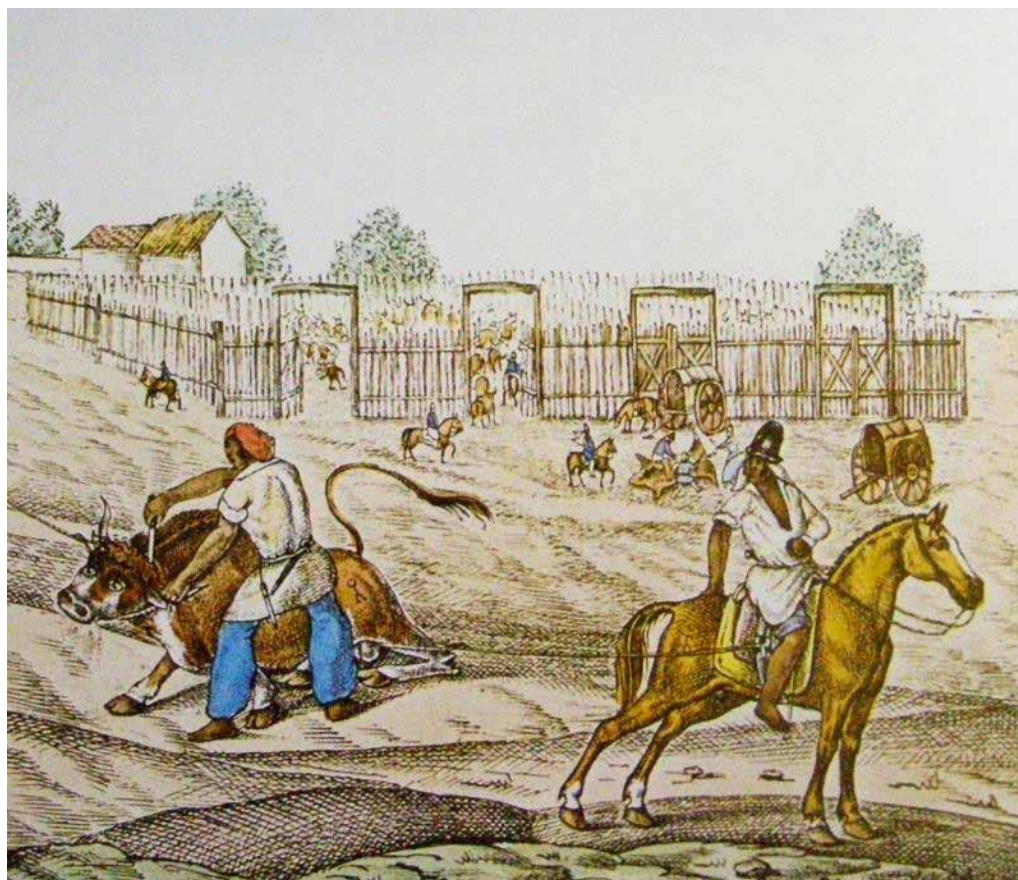
3. CAPITALISMO SUBDESENVOLVIDO E SUBDESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Como explicar, então, o raquitismo capitalista e o atual subdesenvolvimento da América Latina? Não como uma sobrevivência feudal que segue esperando sua superação por esse desenvolvimento capitalista, mas como o produto histórico e ainda em curso do mesmo desenvolvimento capitalista de um sistema mundial unificado que — como cita Roger Bartra — “é uma sociedade dialeticamente dual, com partes diferentes, mas não separadas: uma explorada pela outra”, de tal forma que, inegavelmente, o desenvolvimento capitalista — para nos servir do “cientista” porfiriano — também engendra o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Observamos um sistema mercantilista, e depois capitalista, que incorporou o mundo inteiro e cuja estrutura “colonialista” e baseada no desenvolvimento desigual formou, e não reformou, como quer Puiggrós, os modos de produção e de vida na América Ibérica e em outras partes antes não, hoje sim, subdesenvolvidas do mundo.

37 N. do E.: Francisco Madero, presidente do México entre 1911 e 1913.

A estrutura colonialista desse sistema sempre foi, é e será fundamentalmente monopolista. O monopólio, por sua vez, conduz ao desenvolvimento do monopolizador, e ao subdesenvolvimento do monopolizado, enquanto desperdiça inutilmente grande parte dos recursos produtivos ou de seu excedente econômico, que “teoricamente” poderiam servir para um maior desenvolvimento de ambos.

A essência dessa estrutura monopolista metrópole-satélite não mudou com a independência e segue em pé até hoje, já que na estrutura dos novos Estados latino-americanos os *criollos* apenas substituíram os peninsulares, sendo, por sua vez, rapidamente transformados em satélites da Inglaterra, numa relação de dependência posteriormente substituída pela relação com os Estados Unidos. Os “cientistas” se converteram em representantes e sócios menores do imperialismo estadunidense durante o *porfiriato* mexicano, e o mesmo aconteceu em outros países ibero-americanos. Com isso, não queremos dizer que o sistema permaneceu estático ao longo de quatro séculos. Pelo contrário, o desenvolvimento histórico desse sistema mundial gerou o desenvolvimento da metrópole monopolista e o subdesenvolvimento dos satélites monopolizados. O desenvolvimento das metrópoles nacionais ibero-america-



Reprodução: <http://servicios2.abc.gov.ar/>

Vaqueiros de origem africana trabalhando em latifúndio pecuarista argentino típico dos séculos XVIII e XIX. Litografia de César Hipólito Bacle, 1832

nas não pôde e não pode ser, evidentemente, o desenvolvimento capitalista “clássico” da metrópole mundial, dado que esta última não é satélite de ninguém, enquanto as metrópoles nacionais dos países hoje subdesenvolvidos são. Essa posição de satélite dentro do sistema e do desenvolvimento capitalista mundial impõe, portanto, limites ao desenvolvimento das economias e burguesias nacionais da América Latina e condena suas metrópoles a um “desenvolvimento subdesenvolvido”, e os satélites destas, a um completo subdesenvolvimento.

Enfrentando esse fato, muitos dos que querem se basear em Marx para explicar o raquitismo capitalista e para nos ensinar o caminho rumo a uma ordem superior pretendem nos convencer de que o raquitismo se deve ao feudalismo, e o caminho de sua superação é o da via capitalista. Aqueles que já não podem sequer convencer a si mesmos com essa história feudal vêm agora exumar a velha tipologia marxista do modo de produção asiático. Mas, como veremos a seguir, a renovada ideia asiática, assim como a velha história feudal, servem apenas para obscurecer o fato da predominância capitalista e suas inevitáveis implicações políticas.

4. COLONIALISMO, CLASSES E UMA ORDEM SUPERIOR

Avancemos, portanto, à segunda questão que Puiggrós nos apresentou e que, embora falando do passado, constitui a verdadeira preocupação de Roger Bartra e Ettore di Robbio em seus artigos sobre os modos de produção pré-capitalistas, a saber: “as reais possibilidades de passar a uma ordem social superior” no futuro ibero-americano. Bartra nos atribui corretamente esse enfoque “colonialista” e nos cita quando fala a respeito dele. Mas, diferentemente de alguns, nossa utilização desse enfoque não se dá tanto para destacar o colonialismo interno ou externo, mas para estudar, com base na estrutura colonial monopolista, a natureza e o desenvolvimento do subdesenvolvimento na América Latina. Por esse mesmo motivo, também tratamos de proceder dialeticamente. Nosso enfoque metrópole-satélite ou “colonialista” não é simplesmente “dual”, a menos que os enfoques de Marx e Bartra também o sejam pelo simples fato de tratarem de duas classes. Não menos que o adequado enfoque à verdadeira estrutura de classes, a perspectiva citada e a estrutura colonial são dialéticas por se referirem à relação entre as partes que as definem e as determinam.

Por isso, não procuramos, como sustenta Bartra, substituir a estrutura e o estudo de classes pelos estudos coloniais. Estamos conscientes de que seguir o exemplo de Pablo González Casanova, para quem o colonialismo interno “tem uma função explicativa muito mais ampla que as classes sociais”, só pode conduzir a teses burguesas disfarçadas, que no fundo defendem e acabam preservando a atual estrutura, tal como faz o mencionado autor nas conclusões de *La democracia en México*, e Rodolfo Stavenhagen na sétima das “Siete tesis equivocadas sobre América Latina”, onde nega a possibilidade de uma aliança operário-camponesa. Essas conclusões são inteiramente inaceitáveis para nós por carecerem da exatidão científica que o enfoque

“colonialista” pretende lhes dar. Assim, tampouco podemos aceitar que Bartra ligue nosso nome, trabalho e citações com esses procedimentos e conclusões, já que por ocasião de uma mesa-redonda sobre o livro de González Casanova assinalamos em nossa intervenção (que em breve será publicada na revista *Historia y Sociedad*):

A estrutura do colonialismo interno — e do externo, ou também do sistema imperialista — não substitui a estrutura de classes, e sim a complementa. Assim, a tese do colonialismo interno e externo do sistema capitalista não pode ser — como Pablo González Casanova quer nos fazer pensar — uma alternativa à teoria das classes. Pelo contrário, a análise da mesma é única estrutura metrópole-satélite, tanto internacional como nacional, destaca a estrutura de classe na qual a burguesia se forma e se desenvolve plenamente ou não, segundo a condição de ser dominante ou satelizada, mantendo-se economicamente com base na exploração do povo, tanto urbano como rural, e, portanto, necessariamente agindo politicamente para preservar essa mesma estrutura exploradora e geradora do subdesenvolvimento.

Desgraçadamente, tomaram-se as palavras pelas coisas

Aceitemos, provisoriamente, a duvidosa tese do modo de produção asiático pré-colombiano e sua conservação, durante os primeiros momentos da Conquista, pelos espanhóis que impuseram seu poder despótico ao dos incas e astecas. Mas logo surge a questão: quanto tempo durou o modo de produção asiático no México e no Peru? Encontraremos a resposta seguindo a linha das contradições, sobretudo a segunda que essa apologia nos apresenta: quanto tempo durou esse conjunto despótico-comunal na estrutura mexicana ou peruana? Tempo nenhum. Os *comuneros* foram imediatamente integrados em um sistema cujos déspota e lugar de apropriação não se encontravam nem em Tenochtitlán ou México nem em Cusco ou Lima, mas na Espanha. Não foi a Nova Espanha o conjunto despótico-comunal de possível produção asiática, nem a Espanha, ou tampouco o Império Espanhol, mas todo o sistema mercantilista que poucos anos depois da Conquista incluiu o Extremo Oriente, onde parte da prata americana passou a ser armazenada, e, mais importante, incluiu Itália, Holanda e Inglaterra, onde o excedente produzido pelos *comuneros* e trazido pelos espanhóis chegou a ser investido sem ganhos para os produtores, cujos recursos naturais, humanos e artificiais — como obras de irrigação — foram rápida e eficazmente destruídos. Certamente, os astecas e incas tinham sido despoticamente submetidos por outros povos — como também fizeram muitos invasores do subcontinente hindu —, mas tiveram o cuidado de matar a galinha dos ovos de ouro. Eis aí uma diferença importantíssima, por meio da qual o modo de produção asiático foi rapidamente convertido no modo de produção capitalista.

A rápida substituição do velho modo de produção pelo novo sistema torna-se mais clara se identificarmos quem se apropriou do excedente econômico. Se é certo que, como já sugerido, a apropriação estatal asteca estava em vias de desenvolver-

-se rumo à apropriação privada, no âmbito das instituições estatais esse processo foi repentinamente acelerado com a chegada dos senhores espanhóis. Ainda que o rei e seu “Estado” espanhol tenham se apropriado de parte do excedente por meio do quinto real etc., não cabe a menor dúvida de que a partir da Conquista a apropriação dominante foi privada. Foram entes privados que receberam os lucros, inclusive uma parcela da participação real, enviados aos banqueiros genoveses, holandeses e alemães que financiavam o rei espanhol e o imperador alemão. Assim, falta apenas determinar se a nova apropriação privada teve caráter feudal. Entendemos que não.

O leitor há de nos desculpar por concluirmos o texto com as observações de um mexicano que, indubitavelmente, conheceu seu país muitíssimo melhor do que nós poderíamos aspirar a conhecer:

Vejam agora como a distribuição da propriedade tem dividido a população nas diversas classes que constituem o Estado, as relações que tem estabelecido entre elas e os resultados dessas relações. E esse estudo, indispensável sempre que se queira conhecer a formação de um país, é ainda mais exigente no nosso caso, já que temos cometido os mais graves erros ao não reconhecer que nossa sociedade possuía fisionomia própria, e que em nada se parecia com as sociedades europeias, com as que sempre estamos nos comparando, tão somente porque viemos tomando emprestados os nomes de sua organização social, sem ter, de maneira nenhuma, suas partes constitutivas [...]. Quando nos disseram muito seriamente que tínhamos uma aristocracia, quando fomos exortados a contemporizar com isso e informados sobre a nobreza europeia e o clero feudal, não sabiam o que estavam dizendo; desgraçadamente, as palavras foram tomadas como fatos, e um erro de linguagem trouxe consigo o erro político; mas diante da simples comparação daquelas classes com as nossas, o encanto desaparece [...].

Para Mariano Otero, o encanto havia desaparecido já em 1º de junho de 1842, quando escreveu essas linhas em seu *Ensayo sobre el verdadero estado de la cuestión social y política que se agita en la República Mexicana*, e superou o erro político ao acrescentar que “necessitamos de uma mudança geral, e ela deve começar pelas relações materiais da sociedade”.

* Politólogo argentino contemporâneo, doutor em Ciências Sociais e professor e pesquisador da Universidade de Buenos Aires (UBA).

** Economista e sociólogo alemão (1929-2005).

*** Historiador, economista e jornalista argentino (1906-1980).

Tradução: Tiago Soares Nogara.